

# A efetividade das políticas de acessibilidade para a comunidade surda na rede privada de ensino superior em um município do norte de Santa Catarina

*The effectiveness of accessibility policies for the deaf community in  
the private higher education network in a city in the north of Santa  
Catarina*

**Maria Eduarda Souza**

**Heloyza de Oliveira Albano**

**Luana Martins Luiz**

**Orlando Afonso Camutue Gunlanda**

**Resumo:** O presente artigo busca analisar a efetividade das políticas públicas direcionadas à comunidade surda matriculada na rede privada de ensino superior na cidade localizada na região norte do estado de Santa Catarina. Sendo assim, procurou vistoriar as maiores dificuldades enfrentadas por essa comunidade dentro do sistema de ensino superior privado, além de identificar a falta de permanência das pessoas surdas no curso superior e verificou se há projetos de inclusão em prática durante as aulas para as pessoas surdas. Para a realização deste projeto utilizou-se como metodologia uma pesquisa qualitativa apresentando uma entrevista semiestruturada realizada com a presidente da comunidade surda da cidade com a participação de um intérprete para a tradução. Com a análise dos dados coletados em conjunto com a literatura específica foram delineadas categorias como as condições dos espaços escolares, a rede de apoio e a interação social entre os surdos e a precariedade de serviços e pesquisas com a comunidade surda. Dessa forma, o estudo permitiu demarcar a importância de uma vigilância das políticas públicas direcionadas para a comunidade surda na rede privada de ensino superior na cidade em questão.

**Palavras-chave:** Acessibilidade; surdos; políticas públicas; educação, direitos humanos; ensino superior; LIBRAS.

**Abstract:** This article aims to analyze the effectiveness of public policies targeted at the deaf community enrolled in private higher education institutions in the city located in the northern region of the state of Santa Catarina. Therefore, it sought to examine the major challenges faced by this community within the private higher education system, as well as to identify the lack of persistence among deaf individuals in higher education programs and determine whether there are inclusion projects in practice during classes for the deaf community. To carry out this project, a qualitative research methodology was employed, including a semi-structured interview conducted with the president of the deaf community in the city, with the participation of an interpreter for translation. Through the analysis of the collected data in conjunction with specific literature, categories were delineated, such as the conditions of school spaces, the support network, and social interaction among the deaf, as well as the inadequacy of services and research involving the deaf community. In this way, the study allowed for highlighting the importance of monitoring public policies targeted at the deaf community in private higher education institutions in the city in question.

**Keywords:** Accessibility; deaf; public policy; education, human rights; University education; LIBRAS.

## INTRODUÇÃO

Partindo de uma análise dos dados estatísticos fornecidos pelo censo de Educação Superior do IBGE no ano de 2014, nota-se que o percentual de desistência dos cursos superiores chegou a 49% do total de ingressos do ano em questão. Diversos são os fatores que levam o sujeito a desistência de um curso superior, no entanto, quando trata-se de um aluno PCD (pessoa com deficiência), tendo em vista que no ano de 2018 os dados nacionais apontam que apenas 0,06% do total de matriculados representavam as pessoas com deficiência, fica claro que o cenário da educação superior torna-se ainda mais tortuoso ao aluno que apresenta uma deficiência. A precariedade de políticas públicas em prol da pessoa com deficiência é um fator taxativo e limitante ao ingresso desse grupo social à esfera acadêmica. Após o sancionamento da Lei nº 4.024/1961 torna-se direito de toda população brasileira o acesso à educação, neste momento, ocorre o advento de oportunidades básicas à pessoa com deficiência. Contudo, esta lei expõe preferência de que a educação ocorra na rede regular de ensino, porém, sem nenhuma estruturação de como se deve

aplicar a escolarização à essa faixa populacional, deixando a critério de escolha da instituição, seja ela pública ou privada, o regimento ideal de aplicação do objeto de aprendizagem. Claramente, sem a elaboração de um currículo próprio, a aprendizagem da pessoa com deficiência é prejudicada, bem como o seu desenvolvimento.

Introduzindo-se na categoria geral de PCD, que representa  $\frac{1}{4}$  da população brasileira, sendo cerca de 45,6 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, observa-se que a representatividade da comunidade surda nesta faixa é de um percentual de 5%, que equivale a 9.717.318 pessoas (IBGE, 2010). Logo, se apenas 0,06% da população de 2018 eram pessoas com deficiência matriculadas em cursos do ensino superior e apenas 5% das pessoas com deficiência são deficientes auditivos, fica explícito que o número de acadêmicos que apresentam deficiência auditiva é ínfimo e precário. Unindo a Lei nº 4.024/1961 de Educação Especial, aos dados do IBGE citados anteriormente referente a quantidade de pessoas surdas ingressantes no campo universitário, comprova-se a ineficiência das políticas públicas e das estratégias curriculares das instituições de ensino para a comunidade surda no ensino superior no Brasil. Esta falta por parte da instituição é eficientemente expressa através da pesquisa de Manente, Rodrigues & Palamin (2007, p. 33-34), onde os autores avaliaram um grupo de acadêmicos cadastrados no Hospital de Reabilitação da USP, no município de Bauru-SP, constatando que dentre a amostra entrevistada, 74% dos acadêmicos afirmaram uma ausência de recursos facilitadores para a aprendizagem, falta de apoio dos professores, ajuda de colegas e profissionais e ausência de recursos especializados como aparelhos, equipamentos e intérpretes.

Além disso, no estudo de Manente, Rodrigues & Palamin (2007, p. 38) os dados apresentam um percentual de 52% de acadêmicos que identificam como fator dificultante o próprio desempenho individual, isto por si só, já exprime uma mazela estruturante da escolarização especial, demonstrando que a educação anterior ao ensino superior foi precária, e mostrando quanto é essencial a reabilitação do deficiente surdo. Ademais, além do problema estruturante que é identificado na educação básica da pessoa surda, existe uma

raiz mais profundamente estruturada deste problema, que é justamente o fator dificultante da inclusão do deficiente auditivo na sociedade. Como bem cita Witches (2021, p.3): “Importa entender que a emergência da educação de surdos está diretamente relacionada à necessidade de conduzir as condutas dos surdos para a vida em sociedade. Tenho assumido que a articulação entre impedimento auditivo e diferença linguística operou – e opera até hoje – para que essa necessidade se expresse na importância de tornar a educação de surdos, primordialmente, uma educação linguística”. Complementando-se com a afirmação do autor a respeito da vulnerabilidade surda (WITCHS, 2021, p.6): “argumento que a vulnerabilidade social resultante do processo de significação da surdez como risco é, primordialmente, uma vulnerabilidade linguística.” Portanto, sob a ótica estatística e também médica, o impedimento auditivo é, por conseguinte, fator limitante no desenvolvimento da leitura e da escrita (WITCHS, 2021, p. 4).

Tendo em vista a contextualização da educação especial para pessoas surdas no Brasil, a presente pesquisa tem como objetivo master a análise integral da efetividade das políticas públicas e dos métodos de educação adotados por cada instituição privada de ensino superior do respectivo município do Estado de Santa Catarina, às pessoas que se enquadram como deficiente auditivos. Sabendo que a respectiva cidade da região Norte de SC é um município com mais de quinze instituições de ensino superior, considerando as faculdades de ensino à distância e as faculdades de ensino presencial, cabe analisar se a educação tem sido acessível ao deficiente auditivo, verificando de que forma as instituições trabalham para proporcionar um currículo metodologicamente adequado às necessidades do acadêmico surdo.

Notoriamente, o surdo em geral se utiliza da linguagem de sinais na contemporaneidade, tornando-o ativo na comunidade surda. Seria o ideal, que seguindo a Lei nº 9.394 de 1996, a instituição de ensino fornecesse ao aluno surdo um serviço de atendimento educacional especializado (AEE), o que muitas vezes torna-se mais caro à instituição, visto que aquele aluno necessita de um intérprete e um profissional de apoio educacional especializado, além do próprio docente regular que leciona para a sala de aula normalmente. Ademais,

partindo da fala e dos estudos de Castro & Kelman (2022), a instituição e os profissionais da educação têm o desafio de elaborar estratégias bilíngues para que se faça a inclusão justa destes alunos, de forma simultânea aos demais alunos da turma de ensino superior (CASTRO & KELMAN, 2022, p.11). Ainda sobre a pesquisa de Castro & Kelman (2022, apud LACERDA & SANTOS, 2014, p. 10), a mesma afirma que seguindo o padrão do Projeto Político Pedagógico, a tendência pedagógica é sociointeracionista, devendo-se utilizar de múltiplos recursos didáticos e inclusivos, como desenhos, livros com imagens, pistas visuais que corroborem na percepção da informação do aluno surdo. Vale salientar que essa citação foi elaborada pelo prisma da educação básica, no entanto, pensando nas metodologias de aprendizagem e educação especial, estas mesmas estratégias sociointeracionistas devem ser essencialmente consideradas para propiciar um ambiente acadêmico justo e acessível ao aluno que apresenta surdez.

Para mais, deve-se analisar a efetividade da capacitação dos docentes das instituições de ensino superior para recepção de alunos surdos, visto que desde 2005 foi aprovado o decreto nº 5.626 de obrigatoriedade da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na matriz curricular de todos os cursos de ensino superior de licenciatura, fonoaudiologia e pedagogia, supondo-se que estes profissionais da educação e da saúde, no caso do tratamento especializado da fonoaudiologia, devem estar prontos para lecionarem também de forma bilíngue. Com a ensino-aprendizagem bilíngue no ambiente acadêmico, o relacionamento com a pessoa surda torna-se bilateral e não mais unilateral, o que regularmente ocorre devido a ‘defasagem’ linguística como é socialmente reconhecida a deficiência auditiva. Também, o relacionamento afetivo-emocional aluno será fortalecido com a aprendizagem bilíngue, visto que se fortalecem as relações sociais e afetivas com a turma, com os docentes e com a instituição de ensino. Esta ideia reforça-se pela citação na pesquisa de Gonçalves, Gonçalves & Firme (2016), acerca do vínculo entre a esfera linguística e a esfera emocional do sujeito surdo:

A deficiência auditiva pode causar diversos impactos na vida das pessoas que a possuem, e dentre eles pode ser destacado a incapacidade de relacionamento social, pois, na maioria dos casos, a linguagem falada não é desenvolvida. Se uma pessoa jovem ou adulta não tiver a oportunidade de aprender a linguagem de sinais enquanto criança, esta poderá ter acesso limitado a serviços e ao convívio social, gerando um impacto emocional, causando sentimentos de solidão, isolamento e frustração (WHO, 2014).

Por fim, concluindo a argumentação referente ao papel da afetividade no processo de educação, em especial aos alunos surdos que apresentam grande obstáculo social e afetivo devido a integração de uma minoria linguística, a pesquisa dos autores Ferreira & Acioly-Régner (2010) sobre a obra do psicólogo Wallon expressa que: “a teoria walloniana traz grandes contribuições para o entendimento das relações entre educando e educador, além de situar a escola como um meio fundamental no desenvolvimento desses sujeitos. A noção de domínios funcionais “entre os quais vai se distribuir o estudo das etapas que a criança percorre serão, portanto, os da afetividade, do ato motor, do conhecimento e da pessoa” (FERREIRA & ACIOLY-RÉGNIER, 2010, p. 4 apud WALLON, 1995, p. 117).

## MÉTODO

Este estudo caracteriza-se em pesquisa qualitativa, visto que analisou-se intimamente o campo e as condições reais de graduação para a comunidade surda no município localizado no norte de SC, para além das propostas políticas que são direcionadas a essa camada populacional. Foi necessário investigar as propostas legais para a comunidade surda dentro dos espaços escolares, para posteriormente verificar a efetividade das mesmas na prática escolar e acadêmica. Em seguida, foi agendada uma entrevista com a presidente da Associação da Comunidade Surda da cidade em questão.

Tendo em vista que a entrevistada é uma pessoa surda, foi necessário integrar um intérprete durante as entrevistas, para realização da tradução instantânea em LIBRAS. O intérprete foi um estudante voluntário da pesquisa, e era uma pessoa fluente em LIBRAS, porém tendo como base o sotaque paulista da língua de sinais, sendo necessário também realizar um encontro prévio com a entrevistada para garantir a compreensão na comunicação de sinais por ambas as partes, entrevistada e intérprete, que compôs o grupo de entrevistadores. A entrevista oficial foi realizada com a presidente de uma determinada Associação desta cidade de Santa Catarina, onde a organização realiza um trabalho de rede de apoio à comunidade Surda. A conversa teve a duração de aproximadamente 1h, e foi realizada no modelo de entrevista semi-estruturada. Durante a pesquisa, utilizou-se o nome “Associação”, a fim de prezar pelo sigilo e segurança dos dados compartilhados pelo instituto em questão, ao qual é dedicado a comunidade surda do determinado município no norte de Santa Catarina. A entrevista foi gravada com aparelho celular e transcrita, com a tradução realizada pelo intérprete que participou. Após a entrevista a equipe fez uma análise qualitativa referente às respostas fornecidas para a entrevista.

Vale ressaltar que, para preservar a identidade da entrevistada, foi escolhido o nome Carolina, fazendo referência a Carolina Bastos, uma das primeiras meninas surdas registradas no primeiro Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), que foi fundado pelo professor surdo francês E. Huet (1822- 1882) no dia primeiro de janeiro de 1856. A educação das meninas foi realizada separadamente dos meninos surdos da escola, pela primeira e segunda esposa do francês, até 1861. A educação de meninas no INES permaneceu até 1873, quando Tobias Leite assumiu a direção e propôs a retirada das alunas, pois as mesmas utilizavam o mesmo prédio onde era realizada a educação dos meninos. Além de Carolina, foi entrevistado no mesmo dia, o participante da associação ao qual foi denominado de forma fictícia como “Daniel”, mantendo a letra inicial do verdadeiro nome.

Após a realização da entrevista, foi notório o destaque de certas discussões, ao qual compõem as 3 seguintes categorias: As condições dos

espaços escolares; A rede de apoio e a interação social entre os surdos e por fim, a precariedade de serviços e pesquisas com a comunidade surda.

## DISCUSSÕES

### Condições dos espaços escolares

Partindo da concepção arendtiana de educação, na ótica de Cestari et al. (2022, p. 2), “Educação é o meio pelo qual o homem adquire experiência para escolher como pensar e que verdade defender”. Logo, ao observar uma defasagem no processo educacional de uma massa populacional que necessita de estratégias de educação inclusiva, como no caso da comunidade surda, conclui-se que a liberdade política e social desses sujeitos fica em condição de vulnerabilidade. Quando a relação humana tem a mediação da educação, o sujeito tem liberdade na *vita activa*, que trata-se da “contemplação” nos conceitos da filósofa Hannah Arendt. (CESTARI et al., 2022). Percebe-se com isso, que a comunidade surda no Brasil tem sua fala política oprimida, como resultado de metodologias educacionais precárias para este público, que não recebe em mesmas condições, a mediação da educação para com a liberdade.

Os autores Amorin, Costa e Walker (2015) destacam que a educação inclusiva é um movimento que entende a educação como um direito fundamental e é a base para uma sociedade justa e solidária, ou seja, é necessário que os espaços escolares se adaptem aos alunos, seja qual for sua necessidade pedagógica, pois apenas assim é possível construir uma educação de qualidade que permita uma evolução significativa na aprendizagem de todos. A legislação brasileira prevê a inclusão do educando com demandas especiais, a lei nº9.394/96 estabelece as bases e as diretrizes da educação especial, o Art.58 da mesma afirma que compreende-se por educação especial a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais, vale ressaltar também que a lei garante que currículos, métodos, técnicas, recursos



educativos e organização específicos sejam utilizados para atender esses estudantes com demandas específicas.

Tendo em vista as literaturas citadas, bem como a investigação de campo com a presidente da Instituição da comunidade surda entrevistada, é notório que a prática da legislação brasileira direcionada a educação especial para a pessoa surda apresenta mazelas graves e que prejudicam diretamente o direito de acesso à educação em igualdade de condições como citado no artigo 24 da Convenção sobre o Direitos da Pessoa com Deficiência (2009), prejudicando por conseguinte, a liberdade política e social destes sujeitos. Quando questionada acerca de pesquisas realizadas na organização de apoio a pessoa surda na cidade em questão, feitas através de formulário, a coordenadora *Carolina* afirmou que os surdos apresentam muita dificuldade na leitura e interpretação do português através de formulários, sendo necessário o uso de vídeos traduzindo em língua de sinais brasileira. Este fato é uma resultante da alfabetização precária para a comunidade surda, que se torna mais um obstáculo para a chegada da pessoa surda ao ensino superior, como bem descrito nas palavras da entrevistada: *“Sim, nós passamos por muitas dificuldades desde o ensino infantil, quando vocês me encaminharam o formulário eu até mandei em vários grupos do Whatsapp, porém como eu falei eles possuem muita dificuldade para fazer a leitura de textos e interpretação de perguntas, mandei o formulário e eles não sentiram vontade de responder até por que a grande maioria nunca chegou nem perto de iniciar o ensino superior.”*.

Ademais, a coordenadora *Carolina* relatou sobre a dificuldade de ingresso e permanência nos espaços de ensino superior para a pessoa surda, com a experiência do jovem *Daniel*, ao qual iniciou uma graduação e não teve o apoio da instituição para a condição de estudo adequada. Nas palavras de *Carolina*: *“Muitos têm muita dificuldade com o ensino, não conseguem ficar estudando porque não tem intérprete. Daniel até começou a faculdade de Educação Física, mas não conseguiu terminar. Ficou um ano na faculdade e eles só prometendo um intérprete, mas nada, não é Daniel?”*. O jovem participou da entrevista, afirmando que conseguiu continuar o curso por um período de

um ano, mas pela falta de intérprete e pelo nível alto de dificuldade dá aulas, teve que desistir do curso. “*Muitos surdos desistem por conta disso*”, afirmou Daniel.

A entrevistada também compartilhou sua experiência própria do espaço acadêmico, pois afirmou que só conseguiu ingressar em um curso superior aos 24 anos de idade. Carolina afirma que estes aspectos dificultantes para a pessoa surda na educação básica e superior, são um fator prejudicial para a comunidade surda conseguir empregos e permanecer nos mesmos. A autora Cestari et. al discorre a respeito do papel ativo do sujeito que assume decisões políticas ao modo coletivo, quando se tratam de decisões que implicam a vivência e condução de temáticas públicas, este sujeito deve lutar a favor das vidas oprimidas e deve compor estas vidas nos processos de decisão. (CESTARI et. al, 2021). Claramente, na perspectiva dos direitos sociais da comunidade surda brasileira e da aplicabilidade destes direitos no município estudado, a problemática da inserção da pessoa surda ao ensino superior advém da educação básica e segue se precarizando, moldando habilidades de leitura e escrita limitadas nesta camada da população e se acentuando com a falta de profissionais de extensão da linguagem, como intérpretes ou professores fluentes na língua de sinais. Os documentos posteriores à Constituição Brasileira (1988) e das Bases da Educação Nacional (1996), asseguram à pessoa com deficiência direitos e condições como o financiamento da educação dessa população, transporte, acessibilidade física e arquitetônica, equipamentos e materiais pedagógicos, integração e inclusão social e formação de professores, além de delinear a população-alvo destas legislações, ao qual a pessoa surda se enquadra. (LAPLANE, 2014).

Cabe a realização de uma revisão nas políticas públicas e nas atividades dos servidores políticos que se propõem a garantir estes direitos no município que foi utilizado como amostra, e a nível nacional, visto que através do relato da principal associação comunitária de apoio a pessoa surda no município, o cenário de surdos acadêmicos se mostra em estado crítico, no entanto,

notoriamente é resultado de toda uma educação estruturada de maneira frágil, em condições vulneráveis.

### **A rede de apoio e a interação social entre os surdos**

Iniciando com o entendimento de que no Brasil, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - 5 milhões de cidadãos são surdos, dos quais dois milhões e setecentos mil possuem surdez profunda (IBGE, 2010). As pessoas surdas estão presentes desde a antiguidade, entretanto desde sempre abrangendo uma porcentagem da população que é excluída. Com o decorrer dos anos foram propostos debates sobre a oralização dos surdos para que fossem analisadas as capacidades da inclusão dos mesmos em sociedade (MACHADO *et al.*, 2012). A Língua de Sinais começou a ser desenvolvida na França em 1760 após uma oposição à ideologia verbal-oral. Esse movimento expandiu-se no mundo inteiro, dando origem a associações de pessoas surdas. O período foi marcado como o de maior expansão das línguas de sinais. (FERREIRA, 2021).

Entretanto, por mais que houvesse esse desenvolvimento e conquista para a comunidade surda, alguns professores se opuseram ao uso das línguas de sinais e permaneceram apoiando o método oral afirmando ser esse o mais eficaz. Com isso, em 1880 no Congresso de Milão ficou decidido que a população surda deveria utilizar as línguas orais e as línguas de sinais foram proibidas (STROBEL, 2009). Esse período durou cerca de cem (100) anos e gradativamente foram se percebendo que o método do oralismo era falho e passaram a utilizar das línguas de sinais como principal método de comunicação na comunidade surda.

No Brasil também ocorreu tal alteração, os movimentos surdos buscaram o reconhecimento da LIBRAS que foi concedido com a Lei nº 10.436/2002. Contudo, por mais que haja essa identificação, a população

ouvinte brasileira não possuem conhecimento necessário para que haja a inclusão com efetividade dos surdos no cotidiano.

A LIBRAS é uma forma de comunicação muito expressiva e que pode ser demonstrada além dos gestos com as mãos, mas como juntamente de expressões faciais. A coordenadora *Carolina* nos trouxe diversos relatos informando tal situação: *“Sim, é muito importante esses encontros até porque a comunidade surda é muito sociável, somos muito expressivos, nos comunicamos com gestos e expressões faciais”*. Com isso, a modernização de encontros, adaptando-os em encontros remotos em decorrência das exigências ocasionadas pela Pandemia do COVID-19 não foram muito bem aceitas pelos integrantes da Comunidade Surda de da cidade da região norte de SC, Carolina até mesmo nos trouxe um breve relato sobre como foram para eles esse momento *“Foi bem difícil porque os nossos encontros tinham que ser on-line e os surdos não gostam muito de se comunicar por vídeo, preferimos o presencial porque é mais fácil de a gente se expressar. Foi uma época muito difícil essa que eles não tinham como se reunir, mas ainda bem que agora eles podem ter esses momentos todos os finais de semana.”*

Além desse relato sobre o momento de isolamento, outra queixa relatada pela coordenadora foi referente a forma como as pesquisas são realizadas com os surdos. Dentre demais preconceitos envolvendo a comunidade surda, práticas ainda oralistas como a leitura da palavra falada é uma dessas. (Witkoski, 2009). Sendo assim, produzir materiais como questionários e encaminhar aguardando um retorno é um ato falho. A melhor forma de comunicação para que possa haver sucesso no entendimento seria encaminhar esses documentos com vídeos traduzindo as perguntas para LIBRAS ou até mesmo verificar a possibilidade de um encontro presencial. Referente à isso Carolina nos trouxe: *“É importante vocês trazem isso porque em todo esse tempo que a comunidade surda existe, vocês foram o primeiro grupo de pesquisa que após enviar perguntas online e não obter respostas veio até nós, esse interesse muitas vezes termina quando os formulários não são respondidos. Estamos nos organizando para enviar cartas para as faculdades desta cidade inclusive, pois muitas vezes nos enviam formulários e querem respostas que não terão, pois*

---

*como expliquei para vocês eles não têm facilidade com formulários e muito menos com a leitura das perguntas.”*

O período de passagem da infância para a adolescência é marcado por um momento de tensão tendo em vista as mudanças corporais típicas da puberdade. Entretanto, para o adolescente surdo esse momento é ainda mais difícil pois há a perda parcial ou total da audição.(BREMM *et al.*, 2008). Além disso, a adolescência é marcada por um período de descobertas e a falta de uma visibilidade da comunidade surda torna essas mudanças ainda mais complexas.

Por conta disso, locais como a escola Presidente Médici são de extrema importância para essas crianças e adolescentes do respectivo município. Durante a entrevista, Carolina nos trouxe que “ *O fato deles se sentirem tão confortáveis ao vir aqui é estar em um ambiente onde podem conversar e serem eles mesmos*”. Por conta disso, é importante promover a representatividade, como podemos ver no filme estrelado em 2021, ETERNOS. Direção: Chloé Zhao. No filme, há a primeira Super-Heroína surda (Makkari) interpretada por Lauren Ridloff a primeira atriz surda a atuar em filmes da Marvel.

Portanto, deve-se analisar formas de conscientização referente a importância das LIBRAS promovendo engajamento para que a população se interesse e busquem um conhecimento aprofundado sobre a língua, facilitando assim a comunicação da comunidade surda com a população ouvinte trazendo com isso uma maior interação entre essas duas esferas. Além disso, outro fator é a promoção de campanhas apontando sobre a relevância da representatividade da comunidade surda fazendo com que hajam ainda mais exemplos como o do filme estrelado por Lauren, assim, amenizando a desigualdade enfrentada por eles.

### **A precariedade de serviços e pesquisas com a comunidade surda:**

No Brasil, o decreto nº5.626 de 22 de dezembro de 2005 determina a obrigatoriedade de organização dos serviços do SUS para atendimento da pessoa surda, contudo, mesmo após 17 anos da implantação do decreto o Brasil ainda possui grandes déficits no que se refere ao atendimento de pessoas da comunidade surda nos serviços de saúde, sejam eles públicos ou particulares. Isso fica ainda mais evidente durante a fala da entrevistada, a presidente comunidade surda deste município traz que: *“(...) a falta de psicólogos que saibam falar libras faz com que muitos surdos não se sintam à vontade na sala com o psicólogo e mais um intérprete. Já é difícil estar ali e ter mais outra pessoa para escutar é ainda pior. Ou muitas vezes o psicólogo faz com que pareça que estamos falando sozinhos e não nos sentimos bem assim”*. A citação deixa explícito o quão fragilizadas são as condições de cuidado mental da comunidade surda, diante de uma deficiência auditiva que ocasiona diversos conflitos, injustiças e segregações. Na condição de surdo, a pessoa deveria incontestavelmente possuir uma rede de apoio para além da fonoaudiológica, medicinal ou física, mas uma rede de apoio psicológica.

No que diz respeito ao atendimento realizado para a comunidade surda, a autora Janáina Tedesco (2013), traz que são apontados principalmente dois aspectos, a falta de ferramentas de comunicação com o surdo e a postura durante o atendimento do mesmo. Durante a entrevista, Carolina relata que os surdos percebem a necessidade de receberem atendimento psicológico, porém, não encontram profissionais da área capacitados para os atendê-los, seja por conta da barreira linguística ou até mesmo referente a forma de condução do atendimento: *“Ou muitas vezes o psicólogo faz com que pareça que estamos falando sozinhos e não nos sentimos bem assim. Muitos dos surdos da comunidade surda me procuram para desabafar e eu sou como a psicóloga deles.”*. Durante a fala da entrevistada é possível perceber as mazelas que o atendimento à essa comunidade apresenta, já que existe uma procura grande aos profissionais e, na maioria das vezes, em vão. Segundo artigo “‘Meu sonho é ser compreendido’: Uma Análise da Interação Médico-Paciente Surdo durante Assistência à Saúde” publicado na RBEM (Revista Brasileira de Educação

Médica), a partir de um estudo foi possível identificar que diversas pessoas da comunidade surda se sentem incompreendidas durante as consultas médicas, as mesmas demonstram muitas vezes evitar esse contato médico-paciente por nunca serem disponibilizados profissionais que possuam domínio sobre a linguagem brasileira de sinais, ainda que a inclusão dessa comunidade seja garantida por lei.

De acordo com um estudo realizado no ano de 2020, a escrita é o segundo método mais utilizado nos atendimentos a pessoas surdas (PEREIRA *et al.*, 2020), contudo, *Carolina*, presidente da comunidade surda da cidade localizada ao norte de Santa Catarina, afirma que esta forma de comunicação não é definitivamente assertiva. Carolina afirma que os surdos possuem grande dificuldade na leitura e interpretação de frases escritas, já que possuem um déficit durante a sua alfabetização na língua portuguesa, levando em consideração que possuem diversos obstáculos durante o seu período escolar. Contudo, até mesmo universidades da cidade buscam contato com a comunidade através de formulários escritos, que acabam nunca sendo respondidos já que os surdos não conseguem compreender a linguagem da maioria das questões e quando tentam informar a universidade sobre a dificuldade não recebem retorno. Nas palavras da entrevistada: *“É importante vocês trazem isso porque em todo esse tempo que a comunidade surda existe, vocês foram o primeiro grupo de pesquisa que após enviar perguntas online e não obter respostas veio até nós, esse interesse muitas vezes termina quando os formulários não são respondidos. Estamos nos organizando para enviar cartas para as faculdades desta cidade, inclusive, pois muitas vezes nos enviam formulários e querem respostas que não terão, pois como expliquei para vocês eles não têm facilidade com formulários e muito menos com a leitura das perguntas.”*, nesta fala Carolina deixa explícito que as universidades da cidade não compreendem a realidade da pessoa surda que busca se inserir no ensino superior, já que nem se quer existe uma procura para compreender por que os formulários não são respondidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como foco identificar a efetividade das políticas de acessibilidade para as pessoas da comunidade surda na rede privada de ensino superior, analisando quais seriam as maiores dificuldades que as mesmas enfrentam, como ocorre a permanência dessas nas faculdades/universidades da rede privada e quais projetos de auxílio e inclusão são colocados em prática durante o período em que essas pessoas cursam o ensino superior. Através de uma entrevista com a presidente da comunidade surda de uma cidade do norte de Santa Catarina e as pesquisas nas literaturas disponíveis sobre a problemática, é possível afirmar que mesmo com a garantia legal do ingresso e permanência das pessoas surdas nas universidades, isto ainda não acontece como deveria.

Fica evidente, após as discussões, que a problemática da acessibilidade de pessoas surdas nas universidades aparece muito antes no processo educacional dos mesmos. As políticas públicas não garantem o aprendizado da ortografia da língua portuguesa para a comunidade surda, levando em consideração os dados apresentados pela entrevistada Carolina, muitos surdos apresentam dificuldades com a leitura o que dificulta ainda mais seu ingresso e permanência em uma universidade. Portanto, espera-se que o resultado da pesquisa possa chegar ao conhecimento da sociedade e que se tomem medidas para especificar por meio das políticas públicas, a prática educacional dos direitos voltados à comunidade surda. A legislação sem a prática da mesma, pelo público-alvo ao qual foi criada, é ineficiente, sendo necessário por isso, uma luta contínua pelo direito à educação de qualidade conforme previsto na constituição.

Vale destacar também a importância da rede de apoio e da socialização entre as pessoas da comunidade surda, a entrevistada Carolina traz em diversos momentos como o ambiente que a comunidade fornece faz com que os



participantes se sintam mais convidados a participar das atividades e como influencia no bem estar dos mesmos. No Brasil, a língua brasileira de sinais é reconhecida desde 2002 pela Lei nº 10.436/2002, contudo é pouco explorada pelos ouvintes, a partir da entrevista realizada com a presidente da comunidade surda foi possível compreender como LIBRAS é uma língua expressiva, que utiliza diversas partes do corpo e é então que a entrevistada trouxe a importância de um suporte e ambientes de socialização entre as pessoas da comunidade, para que eles se sintam à vontade para se comunicar livremente.

Por fim, é possível analisar com o presente estudo a defasagem de serviços de pesquisa e estudos com a comunidade surda. Carolina apresenta queixas referente às pesquisas inacessíveis que são realizadas em forma de textos e formulários, os mesmos não são respondidos já que a grande parte da comunidade surda não possui uma habilidade de leitura fluída da língua portuguesa, vale destacar que as pesquisadoras aplicaram formulários no início da pesquisa, que não foram respondidos, com isso a necessidade de realizar uma entrevista presencial. Juntamente com essas queixas, a presidente da comunidade surda traz a precariedade de serviços de psicologia que atendam em LIBRAS, a entrevistada relata que muitos surdos buscam uma escuta qualificada e não recebem esse atendimento qualificado já que muitas vezes é necessário ter um intérprete presente o que faz com que os mesmos não se sintam à vontade.

## REFERÊNCIAS

AMORIN, M. I. D. A.; COSTA, S. M. D. S. M e WALKER, M. R. **A inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino**. UFAC, Acre, 2011. Disponível em: <<http://www2.ufac.br/site/unidades-administrativas/orgaos-complementares/edufac/revistas-e-letronicas/revista-ramal-de-ideias/edicoes/edicao-1/caminhos-da-educacao/a-inclusao-do-aluno-surdo-na-rede-regular-de-ensino>>. Acesso em: 8 nov. 2022.

---

BRASIL, **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Diário Oficial da União - Seção 1 - 23/12/2005, Página 28 (Publicação Original), Brasília. 2005.

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Brasília, 25 de abril de 2002.

BREMM, E. S e BISOL, C. A. **Sinalizando a Adolescência: Narrativas de Adolescentes Surdos**. Psicologia Ciência e Profissão, 2008, 28 (2), 272-287.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/pcp/a/gym4VVdB8k7rrTKsWPkn7xS/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2022

CASTRO, M. G. F. e KELMAN, C. A. **Práticas Pedagógicas Inclusivas Bilíngues de Letramento para Estudantes Surdos**. Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v.28, e0119, p.155-168, 2022. Disponível em: <v.28, e0119, p.155-168, 2022>. Acesso em: 8 nov, 2022.

CESTARI, V. R. F. et al. **Vulnerabilidade em saúde, educação e liberdade: reflexão à luz de Hannah Arendt**. Escola Anna Nery, Sorocaba, v.26, e. 20210207, 2022. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0207>>. Acesso em: 8 nov. 2022.

**Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**: Protocolo facultativo à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência: Decreto legislativo n. 186, de 09 de julho de 2008: Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4 Ed., e atual. Brasília: Secretaria de direitos humanos, 2010. 100p.

Disponível em:

<[https://sisapidoso.iciet.fiocruz.br/sites/sisapidoso.iciet.fiocruz.br/files/convencao\\_pessoas\\_com\\_deficiencia.pdf](https://sisapidoso.iciet.fiocruz.br/sites/sisapidoso.iciet.fiocruz.br/files/convencao_pessoas_com_deficiencia.pdf)> Acesso em: 22 jul 2023.

FERREIRA, A. K. e ACIOLY-RÉGNIER, N. M. **Contribuições de Henri Wallon à relação cognição e afetividade na educação**. Educar - Editora UFPR. Curitiba, n. 36, p. 21-38, 2010. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S0104-40602010000100003>>. Acesso em: 8 nov 2022.

FERREIRA, N. L. M.; BRAYNER, I. C. S. **O acesso da comunidade surda aos serviços de saúde: mãos que falam**. Temas em Educ. e Saúde,

Araraquara, v. 17, n. 00, 2021. Disponível em:  
<<https://doi.org/10.26673/tes.v17i00.15169>>. Acesso em: 19 out 2022.

IBGE. **Censo Demográfico: 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 8 nov.2022.

IBGE. **Censo Demográfico: 2014**. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 8 nov. 2022

LACERDA, C. B. F. e SANTOS, L. F. **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos**. Polyphonia, São Paulo, v. 28, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/sv/article/view/43460>>. Acesso em: 8 nov 2022.

LAPLANE, A. L. F. **Condições para o Ingresso e a Permanência de alunos com Deficiência na Escola**. Cad. Cedes, Campinas, v. 34, n. 93, p. 191-205, maio-ago. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-32622014000200004>>. Acesso em: 8 nov 2022.

MACHADO, W. C. A. et al. **A Busca Pelo Curso de Língua Brasileira de Sinais: Um Estudo Exploratório Descritivo**. Online Braz. J. Nurs., v. 11, n. 2, ago. 2012. Disponível em:  
<<http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/3664>>. Acesso em: 08 nov. 2022.

MANENTE, M. V, et al. **Deficientes auditivos e escolaridade: fatores diferenciais que possibilitam o acesso ao ensino superior**. Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v. 13, n.1, p.27-42, 2007. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/S1413-65382007000100003>>. Acesso em: 8 nov. 2022.

PEREIRA, Antonio Augusto Cláudio et al. **“Meu sonho é ser compreendido”: Uma Análise da Interação Médico-Paciente Surdo durante Assistência à Saúde**. Revista Brasileira de Educação Médica [online]. 2020, v. 44, n. 04 [Acessado 17 Outubro 2022] , e121. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.4-20200028>>. Epub 21 Ago 2020. ISSN 1981-5271. <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.4-20200028>.

STROBEL, K. **História da educação dos surdos. Texto-base do curso de Licenciatura em Letras/Libras.** Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em:

<[https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase\\_HistoriaEducacaoSurdos.pdf](https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf)>. Acesso em: 9 nov. 2022

TEDESCO, Janaina dos Reis e Junges, José Roque. **Desafios da prática do acolhimento de surdos na atenção primária.** Cadernos de Saúde Pública [online]. 2013, v. 29, n. 8 [Acessado 17 Outubro 2022], pp. 1685-1689. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00166212>>. Epub 04 Abr 2013. ISSN 1678-4464.

**WHO - World Health Organization. Prevention of deafness and hearing impairment.** Geneva; 2014. Disponível em: <<http://www.who.int/pbd/deafness>>. Acesso em: 22 de jul.2023.

WITCHS, P. H.. **A situação minoritária dos surdos e sua vulnerabilidade linguística na educação.** Cadernos CEDES, v. 41, n. 114, p. 144–152, maio 2021.

WITKOSKI, Sílvia Andreis. **Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada.** Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 42 set./dez. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/6ptNkpmYjqs8VB6p4hvGRd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 9 nov. 2022

### **Maria Eduarda Souza**

Acadêmica do segundo ano de Psicologia da Faculdade Guilherme Guimbala – ACE.

### **Heloyza de Oliveira Albano**

Acadêmica do segundo ano de Psicologia da Faculdade Guilherme Guimbala – ACE.

### **Luana Martins Luiz**

Acadêmica do segundo ano de Psicologia da Faculdade Guilherme Guimbala – ACE. E-mail: luanamluiz@gmail.com

**Orlando Afonso Camutue Gunlanda**

Docente no curso de Psicologia e Fisioterapia da Faculdade Guilherme Guimbala (FGG). E-mail: orlando.gunlanda@fgg.edu.br

**Recebido em 24 de fevereiro de 2023.**

**Aceito em 22 de julho de 2023.**